



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Sua Excelência. o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência
S/422/2021

S/Comunicação
05/02/2021

N/Referência
SE/2021/452

Data
30/03/2021

ASSUNTO: Requerimento ao Governo Regional n.º 46/XII-PSD/Açores- Ilhéu de Vila Franca do Campo

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelos (as) Senhores (as) Deputados (as), Sabrina Furtado, Marco Costa, Flávio Soares, Délia Melo e Ana Quental do grupo parlamentar do Partido PSD/Açores, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar o seguinte:

- 1- Relatórios sobre diligências efetuadas pelo Governo dos Açores nos anos de 2018, 2019 e 2020 no que diz respeito à conservação e manutenção da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo (Anexos I, II e III).
- 2- Relatórios e evolução sobre análises, periódicas e extraordinárias, à qualidade das águas marinhas do Ilhéu de Vila Franca do Campo em 2020 (Anexo IV).
- 3- Relatórios sobre aumento ou diminuição da população de aves marinhas no Ilhéu de Vila Franca do Campo e identificação declarada desta constituir uma possível causa para o sucedido (Anexo V).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

4- Relatórios sobre diligências efetuadas assim que foi identificada a presença elevada de bactérias nas águas marinhas, com consequente interdição do ilhéu a banhos, durante o ano de 2020 (Anexo VI).

5- Plano de ação de combate estruturado pelo anterior Governo dos Açores a esta e a outras problemáticas que possam existir no Ilhéu de Vila Franca (Anexo VII).

Com os melhores cumprimentos,



Relatório dos Trabalhos de Monitorização e Conservação da
Área Protegida para a Gestão de Habitats e Espécies do
Ilhéu de Vila Franca do Campo

2018



ÍNDICE

I.	Monitorização da visitação no IVFC	3
	1. Introdução.....	4
	2. Realização de atividades/eventos no IVFC	4
	3. Colaboração nos trabalhos de conservação realizados pela SPEA...7	
	4. Fiscalização e monitorização da Área Protegida	7
II.	Controlo populacional de gaivotas no IVFC	12
	1. Trabalhos da correção da densidade populacional de gaivotas	14
III.	Considerações finais	17
IV.	Anexos.....	18

Monitorização da visitação no Ilhéu de Vila Franca do Campo



■ 1. INTRODUÇÃO

As áreas protegidas são atualmente um espaço privilegiado para visitação e realização de atividades recreativas. No entanto, essa mesma utilização, pode originar impactes ambientais significativos, colocando em causa os objetivos de conservação subjacentes à classificação das áreas protegidas, pelo que, a gestão dos visitantes e das atividades recreativas revela-se assim crucial para a proteção dos valores naturais em presença.

A obtenção continuada desta informação possibilita a identificação de alterações nos padrões de visitação e utilização, possibilitando uma intervenção proactiva em detrimento de uma reativa.

Neste sentido, à semelhança do ano passado foi desenvolvido um trabalho de monitorização da visitação turística, na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies (APGHE) do Ilhéu de Vila Franca do Campo, em dias aleatórios, que teve como principal objetivo contabilizar, por observação direta, o número de pessoas que visitam esta área protegida durante a época balnear, que decorre entre o dia 1 de junho e o dia 14 de outubro, e verificar se o Clube Naval de Vila Franca do Campo, cumpre com os limites definidos pela capacidade de carga estipulada para o Ilhéu de Vila Franca do Campo (400 pessoas/dia).

■ 2. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES/EVENTOS NO IVFC

A realização de eventos culturais e desportivos, é uma ação condicionada a parecer prévio do nosso serviço nesta área protegida. Em 2018, foram efetuados 14 pedidos de autorização para a realização de atividades/eventos na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo (IVFC), sendo que 4 destes, foram indeferidos. Das autorizações concedidas, verificou-se a realização efetiva de 8 atividades, considerando que as restantes foram canceladas, devido às condições meteorológicas e estado do mar no dia da realização da atividade.

Da totalidade dos pedidos de autorização, registaram-se 4 pedidos para visitas, 2 pedidos para a captação de imagem, 1 pedido para ação de limpeza, 1 pedido para ação de divulgação/sensibilização, 1 pedido para evento e 5 pedidos para utilização da zona balnear (Tabela 1).

Tipo de Atividade	Nº de Pedidos
Visita	4
Captação de Imagem	2
Ação de Limpeza	1
Divulgação/Sensibilização	1
Evento	1
Utilização da Zona Balnear	5
Total	14

Tabela I – Distribuição do total de pedidos de autorização

Importa referir, que as atividades referidas acima, foram todas acompanhadas por um Vigilante da Natureza, e sempre que necessário, por um técnico do Parque Natural de Ilha.

De acordo com o gráfico abaixo, verifica-se que em 2018 as atividades solicitadas decorreram, especialmente, entre os meses de maio a novembro, sendo que julho foi o mês com mais pedidos, e a utilização da zona balnear, para entrada de canoas e caiaques, o mais solicitado.



Foto – Visita interpretativa à APGHE do Ilhéu de Vila Franca do Campo

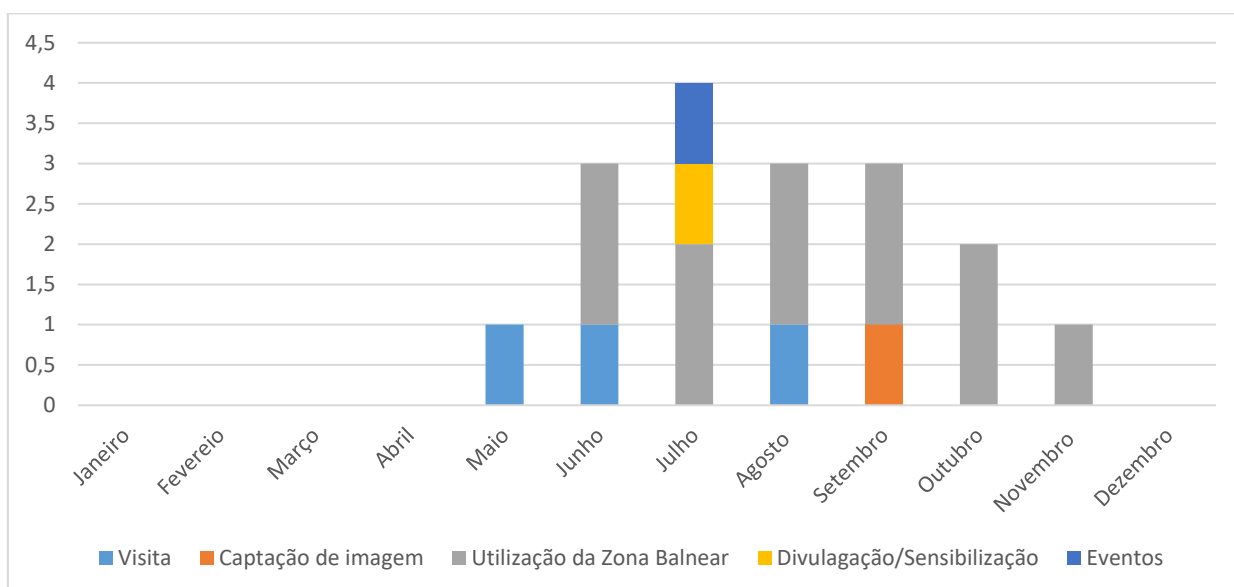


Gráfico I – Número de atividades realizadas por mês e por tipologia

■ 3. COLABORAÇÃO NOS TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO REALIZADOS PELA SPEA NESTA AP

O Parque Natural, através dos Vigilantes da Natureza e Técnicos, colaborou sempre que possível nos trabalhos de conservação em prol das aves marinhas nesta área protegida:

- **27 e 28 de abril:**
 - marcação e captura de cagarros, para tirar medidas biométricas, num total de 22;
 - colocação de iscos não tóxicos para detetar a presença de roedores.
- **4 a 6 de julho:**
 - Avaliação do sucesso reprodutor em ninhos de cagarro (projeto LuMinAves);

Dos 37 ninhos de cagarros que são utilizados para a avaliação do sucesso reprodutor, apenas 33 tinham ovo.

- Marcação de cagarros adultos para avaliação do sucesso reprodutor (Projeto Mystic Seas II);
- Apresentação dos trabalhos do Pós-LIFE Ilhas Santuário para as Aves Marinhas, LuMinAves e MISTICSEASII aos 3 novos Vigilantes da Natureza.

▪ **18 a 23 de setembro:**

- Foram anilhados 67 procellariiformes (44 cagarros e 23 painhos-da-madeira).



Fotos: Trabalhos de Conservação em prol das aves marinhas

■ 4. FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

■ DURANTE A EPOCA BALNEAR

A monitorização da visitação turística da APGHE do Ilhéu de Vila Franca do Campo, tem como principal objetivo, contabilizar por observação direta, o número de pessoas que visitam esta área protegida, os comportamentos adotados, nomeadamente ao nível do uso e atividades e verificar se o Clube Naval de Vila Franca do Campo está a cumprir com o disposto no Protocolo de Cooperação.

O ponto de observação escolhido foi junto ao molhe de atracagem do Cruzeiro do Ilhéu, por ser o ponto de entrada e saída de pessoas.

Ao longo dos trabalhos foram contabilizados o número de pessoas que entraram/saíram pela embarcação Cruzeiro do Ilhéu, bem como, o número de visitantes em simultâneo.

Os trabalhos de monitorização decorreram de modo aleatório, num total de 8 dias:

Dia/mês	Nº de visitantes/dia
25/06	400
28/06	436
10/07	400
17/07	412
2/08	430
18/08	252
19/08	400
29/08	374
Total	3104

Tabela II - Número total de visitantes registados nos dias de monitorização

Em 8 dias de monitorização, verificou-se que a capacidade de carga do ilhéu (400 pessoas/ dia) não foi respeitada em 3 dias, registando-se no dia 28 de julho, 436 pessoas (tabela 2). Não foi efetuada nenhuma intervenção, considerando o valor excedido (máximo 30), pois sempre existe margem de erro nas contagens.

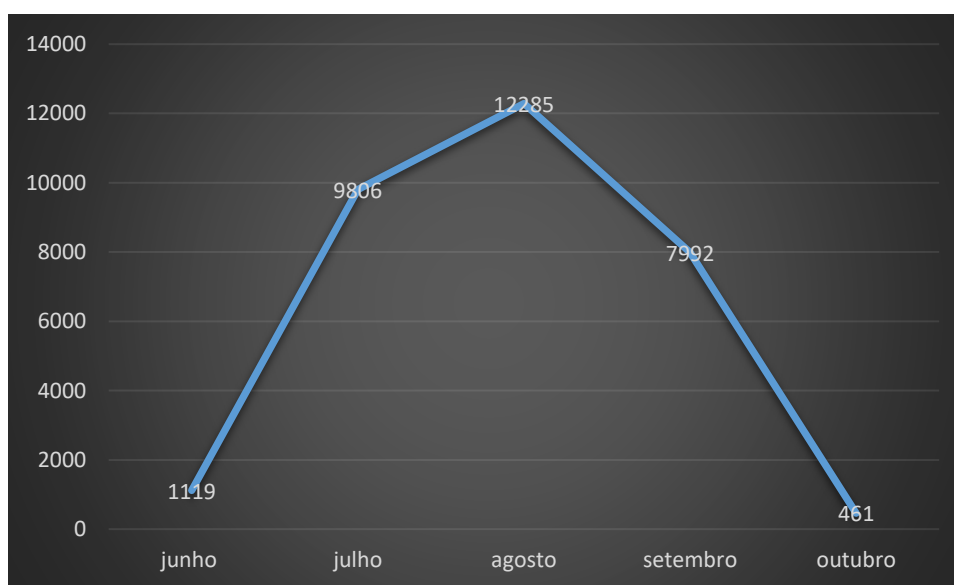


Gráfico II - Número total de visitantes por mês (dados CNVFC)

O CNVFC no final de cada mês remeteu ao nosso Serviço o número diário de visitantes (Anexo I), assim, e após análise dos dados remetidos pelo CNVFC verifica-se que julho e agosto são os meses com maior visitação, sendo que em julho visitaram 9806 pessoas e em agosto 12285 pessoas. Os números

apresentados referem-se somente a adultos, dado que só a partir dos 11 anos de idade é necessário a aquisição de bilhete.

No que diz respeito ao número de visitantes diário registado pelos nossos serviços e o número de visitantes diário remetido pelo CNVFC, verifica-se que em 3 dias, existe disparidade entre os mesmos, com uma diferença, no máximo de 36 pessoas (Tabela 3).

Dias	Dados PNI	Dados CNVFC	Diferença
25/06/2018	400	400	0
28/06/2018	436	400	36
10/07/2018	400	400	0
17/07/2018	412	400	12
2/08/2018	430	400	30
18/08/2018	252	400	-
19/08/2018	400	400	0
29/08/2018	374	400	-

Tabela III – Número de visitantes diário registados pelo PNI e CNVFC

No que respeita à visitação diária, verifica-se que durante o período da manhã, há uma maior afluência de visitantes, verificando-se um decréscimo a partir das 14h00/15h00. No que diz respeito ao número de pessoas em simultâneo, foi efetuada contagem sempre que entrava/saía o barco do Clube Naval, nos dias 28 jun, 17 jul, 18 ago e 29 ago, e verificamos que no período compreendido entre 12h00 e as 15h00, do dia 17 julho e 29 agosto, estiveram em simultâneo mais de 200 pessoas, sendo o número máximo, de 249 pessoas, no dia 17 de julho.

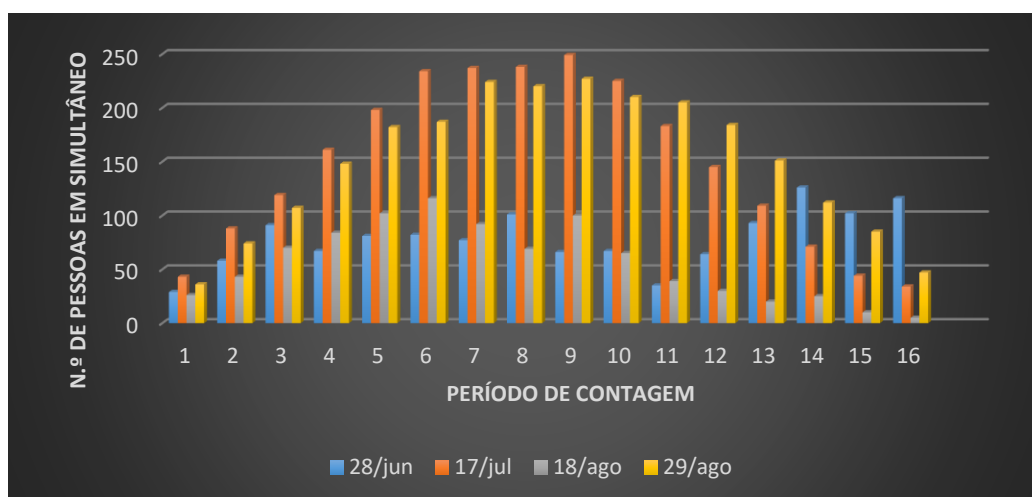


Gráfico III - Número de visitantes em simultâneo

Importa referir que, as crianças com idade inferior a 11 anos não estão a fazer parte da capacidade de carga, dado que não é emitido nenhum bilhete, razão pela qual poderá causar a disparidade dos valores apresentados pelo nosso serviço, comparativamente aos dados apresentados pelo CNVFC.

Para além da contagem aleatória de pessoas efetuado à AP, foram efetuadas monitorizações à AP, que tiveram o seu início no mês de março, no total foram 6 monitorizações, 3 fora da época balnear e 3 durante a época balnear.

Durante a época balnear, apesar do Vigilante da Natureza efetuar a fiscalização/vigilância, em permanência no local, foi efetuado também monitorização da área, onde destacamos as atitudes/comportamentos dos visitantes, observando-se que o acesso às zonas interditas, foi o comportamento mais frequente.

■ FISCALIZAÇÃO NOTURNA

Considerando que em 2017 verificaram-se indícios de apanha ilegal de caranguejo-fidalgo no Ilhéu, nas noites que antecederam as festas do Senhor da Pedra, em Vila Franca do Campo, em 2018, e de forma a agir preventivamente, uma equipa de VN pernoitou no ilhéu de 27 a 29 de agosto, e foi verificado o seguinte:

- ✓ De 27 para 28 - Apareceram 2 caiaques e 1 barco de pequenas dimensões. Apesar de não se ter flagrado no local pesca ilegal, o verificado poderá ter sido efetuado, presumivelmente, com esta intenção;
- ✓ De 28 para 29 – nesta noite não ocorreu nenhuma situação, provavelmente porque o mar estava muito agitado.

■ REGISTO DE ACIDENTES

Durante a época balnear foram registados 6 acidentes nos 116 dias efetivos de abertura ao público, 3 quedas em zonas de piso escorregadio e 3 situações de pré-afogamento, em todas as situações não houve necessidade de evacuação.

No que diz respeito às quedas devido ao piso escorregadio, as mesmas ocorreram, em 3 sítios diferentes, nomeadamente, nas escadas existentes após o cais de embarque (foto 1), local de entrada do mar para o interior da cratera, quando o mesmo está agitado (foto 2) e na zona de acesso à praia, quando a maré está baixa torna-se num local de difícil acesso, por ser muito escorregadio (foto 3).



Foto 1 – Escadas após cais



Foto 2 – Local de entrada do mar na cratera interior



Foto 3 – Local de acesso à praia

■ VALOR TRANSFERIDO

Considerando a Portaria n.º 66/2018 de 20 de junho de 2018, que regulamenta o acesso ao Ilhéu, que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2018, o acesso ao ilhéu para não residentes está sujeito ao pagamento de uma taxa de 4 €, sendo aplicado o desconto de 50% a entidades aderentes ao programa “Parceiro para o Desenvolvimento Sustentável”.

As referidas taxas foram liquidadas junto da Azorina, S.A, valores apresentados abaixo:

MÊSES	ENTIDADE	IMPORTÂNCIA TRANSFERIDA
<i>Julho</i>	CNVFC	16.618,00 €
<i>Agosto</i>	CNVFC	18.872,00 €
<i>Setembro</i>	CNVFC	13.764,00 €
<i>Outubro</i>	CNVFC	878,00 €
<i>Total</i>	-	50.132,00 €

■ FORA DA EPOCA BALNEAR

Fora da época balnear, foram verificadas algumas situações que necessitavam intervenção, nomeadamente, manutenção do trilho de acesso restrito ao topo do Ilhéu grande, que é mantido pela SPEA, e manutenção de algumas estruturas existentes no referido local. Importa referir, que todas as situações foram de imediato regularizadas.



Fotos – Monitorizações/ações efetuadas à AP

Controlo Populacional de Gaivotas no Ilhéu de Vila Franca do Campo



■ 1. TRABALHOS DE CORREÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL DE GAIVOTAS

Considerando que a população de Gaivota-de-patas-amarelas (*Larus michaellis atlantis*) tem vindo a aumentar no ilhéu de Vila Franca do Campo e que esta espécie, oportunista, constitui uma grande ameaça para outras espécies que nidificam nesta área, predando as suas crias, foram realizadas algumas ações de controlo populacional de gaivotas.

Os trabalhos de controlo populacional das gaivotas, consistiram na destruição e remoção dos ninhos, esta técnica tem como objetivo estorvar e impedir a nidificação desta espécie nesta área, considerando que as colónias reprodutivas do Ilhéu de Vila Franca do Campo são recentes e tem pouca expressão.

Na área protegida para a gestão de habitats ou espécies do Ilhéu de Vila Franca, foi realizada 1 ação de inviabilização de ovos, e de destruição e remoção de ninhos.



Fotos – Trabalhos de controlo populacional de gaivotas

Foram inviabilizados 5 ovos, no total de 5 ninhinhos.

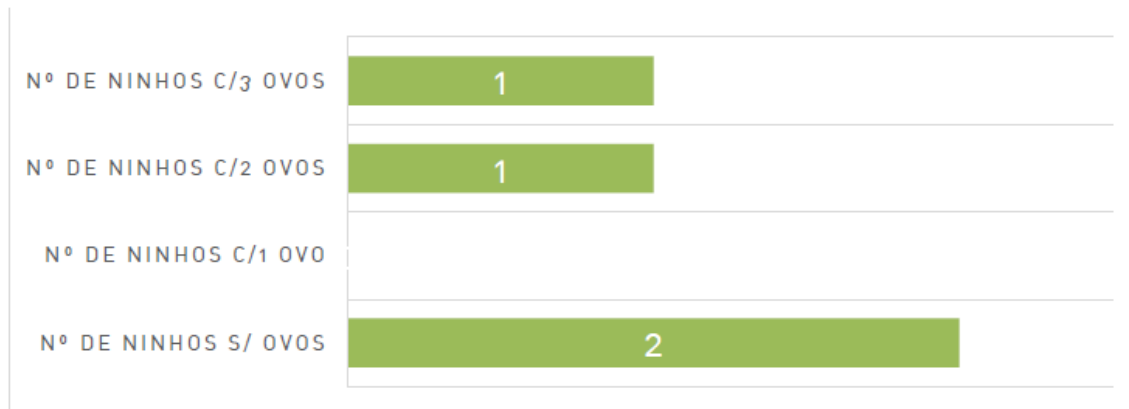
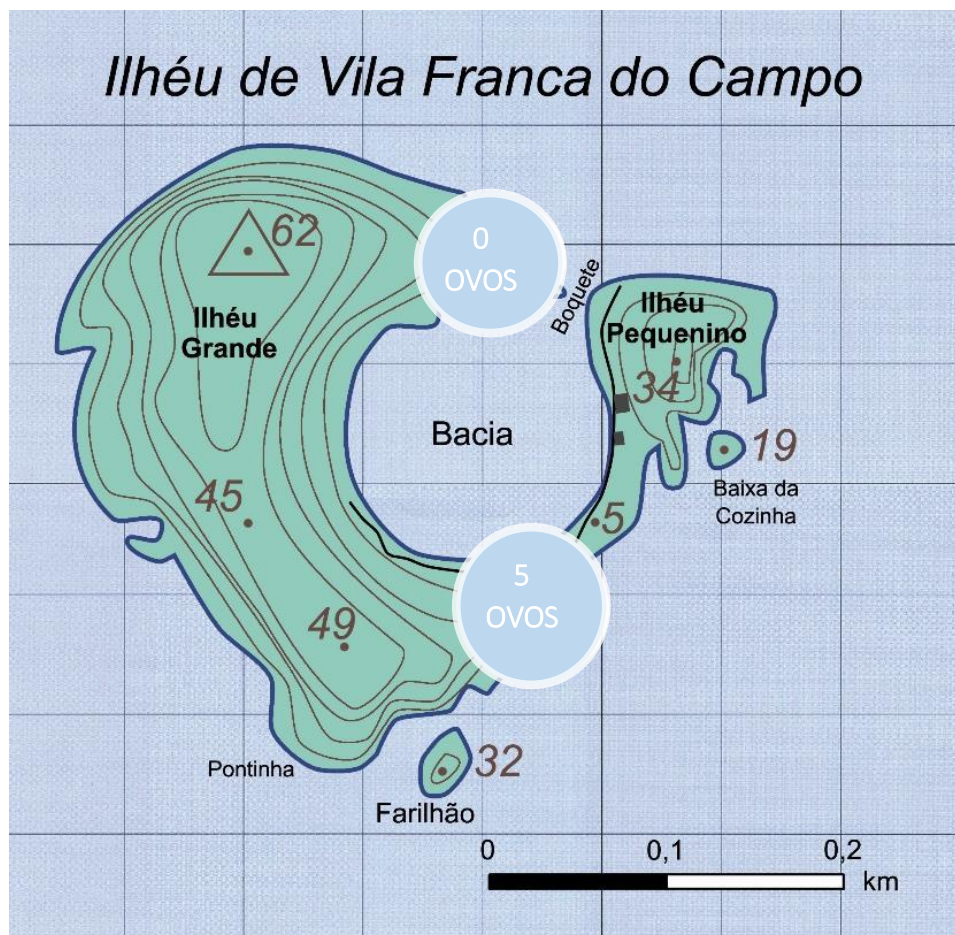


Gráfico IV – N.º de ovos por ninho



Mapa I – Número de ovos por área de intervenção

Considerações Finais



■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todas as informações obtidas no presente relatório, abaixo seguem algumas propostas de medidas de gestão para a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo que visam assegurar o adequado funcionamento dos processos ecológicos e ambientais desta área protegida e um melhor uso por todos aqueles que a visitam:

- Continuar com a fiscalização e vigilância no Ilhéu de Vila Franca do Campo, fora da época balnear (15 de outubro a 30 de maio);
- Continuar com os trabalhos de correção da densidade populacional de gaivotas;
- Continuar com a fiscalização e vigilância na área protegida, durante a época balnear, com a presença de um Vigilante da Natureza em permanência;
- Continuar com os trabalhos de monitorização da gestão do CNVFC ao nível da visita turística na referida área, em dias aleatórios, durante a época balnear;
- Continuar a ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, culturais e paisagísticos do local, possibilitando o exercício de atividades de recreio e lazer compatíveis com a sensibilidade dos valores em presença.

Pretende-se que este relatório seja uma ferramenta de apoio facilitadora à gestão quer das atividades/eventos solicitados, quer para a gestão do fluxo turístico da APGHE do Ilhéu de Vila Franca do Campo. Apesar de se ter verificado, que em alguns dias a capacidade de carga não foi respeitada, a equipa de Vigilantes da Natureza afeta ao ilhéu, durante a época balnear, não verificou danos ambientais nem conflitos ao nível do fluxo turístico na área protegida em questão.

■ ANEXOS

Anexo I

Movimento de visitantes ao Ilhéu de Vila Franca do Campo, e importância a transferir, conforme portaria nº 66/2018 de 20 de junho, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

MOVIMENTO REFERENTE AO MÊS DE

JUNHO DE 2018

Movimento do dia	Importâncias apuradas					Ingressos requeridos online	Importância a transferir
	Visitantes			TOTAL			
	Sócio	Não sócio					
	Taxa única	Resid.	N/Resid.				
01	1	315		316	64	0,00	
02	6	154		160	36	0,00	
03	0	71		71	7	0,00	
04	0	0		0	0		
05	0	239		239	76	0,00	
06	0	0		0	0		
07	0	230		230	16	0,00	
08	1	205		206	2	0,00	
09	11	134		145	10	0,00	
10	2	150		152	22	0,00	
11	0	261		261	16	0,00	
12	0	230		230	17	0,00	
13	8	362		370	44	0,00	
14	5	290		295	32	0,00	
15	0	290		290	17	0,00	
16	2	346		348	45	0,00	
17	4	256		260	31	0,00	
18	2	270		272	26	0,00	
19	25	356		381	36	0,00	
20	5	338		343	47	0,00	
21	1	262		263	21	0,00	
22	46	312		358	41	0,00	
23	5	217		222	62	0,00	
24	0	233		233	35	0,00	
25	2	398		400	76	0,00	
26	0	400		400	76	0,00	
27	4	334		338	56	0,00	
28	10	344		354	20	0,00	
29	5	339		344	19	0,00	
30	2	310		312	10	0,00	
Total mensal	147	7 669	0	7 816	972	0,00	
Total anual	147	7 669	0	7 816	972	0,00	

Movimento de visitantes ao Ilhéu de Vila Franca do Campo, e importância a transferir, conforme portaria nº 66/2018 de 20 de junho, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

MOVIMENTO REFERENTE AO MÊS DE

JULHO DE 2018

Movimento do dia	Importâncias apuradas					Ingressos requeridos online	Importância a transferir
	Visitantes			TOTAL			
	Sócio	Não sócio					
	Taxa única	Resid.	N/Resid.				
01	5	30	271	306	0	542,00	
02	0	2	178	180	10	396,00	
03	1	17	354	372	25	708,00	
04	0	8	285	293	39	670,00	
05	2	14	360	376	40	720,00	
06	3	13	346	362	42	692,00	
07	3	32	324	359	40	648,00	
08	2	40	257	299	40	514,00	
09	0	37	294	331	38	588,00	
10	3	19	375	400	50	756,00	
11	0	0	0	0			
12	0	0	0	0			
13	0	0	0	0			
14	0	0	0	0			
15	2	23	269	293	52	536,00	
16	0	64	336	400	87	672,00	
17	10	66	304	400	74	608,00	
18	2	23	235	260	90	470,00	
19	2	56	342	400	77	584,00	
20	0	66	331	400	98	662,00	
21	0	62	336	400	90	676,00	
22	0	97	272	369	82	544,00	
23	5	58	337	400	96	674,00	
24	0	50	350	400	74	700,00	
25	8	122	270	400	100	540,00	
26	4	85	311	400	95	622,00	
27	10	80	303	402	95	606,00	
28	6	96	302	404	90	604,00	
29	0	96	304	400	95	608,00	
30	4	64	330	400	88	664,00	
31	3	70	327	400	100	654,00	
Total mensal	75	1.422	6.309	8.806	1.816	16.618,00	
Total anual	222	9.091	6.309	17.622	2.788	16.618,00	

Movimento de visitantes ao Ilhéu de Vila Franca do Campo, e importância a transferir, conforme portaria nº 66/2018 de 20 de junho, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

MOVIMENTO REFERENTE AO MÊS DE

AGOSTO DE 2018

Movimento do dia	Importâncias apuradas					Ingressos requeritados online	Importância a transferir
	Visitantes			TOTAL			
	Sócio	Não sócio					
	Taxa única	Resid.	N/Resid.				
01	13	103	284	400	99	568,00	
02	2	75	319	400	96	638,00	
03	15	48	336	400	97	672,00	
04	0	73	327	400	99	654,00	
05	0	61	338	388	99	676,00	
06	5	74	321	400	100	642,00	
07	0	54	346	400	99	692,00	
08	2	86	312	400	93	624,00	
09	8	58	334	400	91	668,00	
10	7	55	338	400	93	676,00	
11	6	80	314	400	99	628,00	
12	8	90	293	381	99	586,00	
13	5	77	318	400	100	636,00	
14	10	89	301	400	97	602,00	
15	1	136	264	400	96	528,00	
16	9	66	326	400	99	652,00	
17	7	129	264	400	98	528,00	
18	0	92	308	400	100	616,00	
19	0	127	273	400	98	546,00	
20	4	67	329	400	95	658,00	
21	19	46	335	400	100	670,00	
22	0	130	270	400	100	540,00	
23	12	92	296	400	99	592,00	
24	5	79	316	400	98	632,00	
25	0	90	310	400	100	620,00	
26	5	108	228	341	97	456,00	
27	2	103	295	400	100	590,00	
28	0	92	308	400	98	616,00	
29	14	92	294	400	100	588,00	
30	17	114	269	400	98	638,00	
31	2	82	270	364	88	540,00	
Total mensal	178	2.671	6.436	12.285	3.025	16.872,00	
Total anual	400	11.762	17.746	29.907	6.813	36.480,00	

Movimento de visitantes ao Ilhéu de Vila Franca do Campo, e importância a transferir, conforme portaria nº 66/2018 de 20 de junho, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

MOVIMENTO REFERENTE AO MÊS DE

SETEMBRO DE 2018

Movimento do dia	Importâncias apuradas					Ingressos requeridos online	Importância a transferir
	Visitantes						
	Sócio	Não sócio		TOTAL			
	Taxa única	Resid.	N/Resid.				
01	5	74	321	400	62	642,00	
02	0	123	236	359	64	472,00	
03	1	88	281	350	92	562,00	
04	1	43	355	400	89	712,00	
05	2	44	354	400	98	708,00	
06	2	35	344	381	95	688,00	
07	0	45	335	381	94	672,00	
08	4	58	290	361	94	598,00	
09	12	124	250	335	85	518,00	
10	3	81	336	400	97	672,00	
11	6	44	336	388	98	672,00	
12	2	48	260	330	59	560,00	
13	0	41	351	392	39	702,00	
14	0	27	287	314	64	574,00	
15	0	0	0	0	0		
16	0	0	0	0	0		
17	0	0	188	197	13	376,00	
18	4	16	340	389	15	608,00	
19	7	32	361	400	43	722,00	
20	1	28	284	293	34	628,00	
21	0	8	196	207	12	398,00	
22	0	21	217	236	34	434,00	
23	6	58	168	232	31	336,00	
24	2	11	266	279	24	532,00	
25	0	19	203	222	20	406,00	
26	0	0	0	0	0		
27	0	0	0	0	0		
28	0	0	0	0	0		
29	0	13	291	304	9	582,00	
30	0	0	0	0	0		
Total mensal	80	1.050	6.882	7.992	1.289	13.784,00	
Total anual	480	12.812	24.627	37.899	7.102	49.254,00	

Movimento de visitantes ao Ilhéu de Vila Franca do Campo, e importância a transferir, conforme portaria nº 66/2018 de 20 de junho, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo						
MOVIMENTO REFERENTE AO MÊS DE						
SETEMBRO DE 2018						

Movimento do dia	Importâncias apuradas						
	Visitantes				Ingressos requisitados online	Importância a transferir	
	Sócio		Não sócio				TOTAL
	Taxa única	Resid.	N/Resid.				
01	5	74	321	400	62	642,00	
02	0	123	236	359	64	472,00	
03	1	68	281	350	92	582,00	
04	1	43	356	400	86	712,00	
05	2	44	354	400	98	708,00	
06	2	35	344	381	95	688,00	
07	0	45	336	381	94	672,00	
08	4	58	299	361	94	598,00	
09	12	124	259	386	85	518,00	
10	3	61	336	400	91	672,00	
11	8	44	336	388	38	672,00	
12	2	48	280	330	55	560,00	
13	0	41	351	392	30	702,00	
14	0	27	287	314	64	574,00	
15	0	0	0	0	0	0	
16	0	0	0	0	0	0	
17	0	9	185	197	10	378,00	
18	4	16	340	369	15	698,00	
19	7	32	361	400	43	722,00	
20	1	28	264	293	34	628,00	
21	0	8	199	207	12	398,00	
22	0	21	217	238	34	434,00	
23	6	58	188	232	31	336,00	
24	2	11	266	279	24	632,00	
25	0	19	203	222	20	406,00	
26	0	0	0	0	0	0	
27	0	0	0	0	0	0	
28	0	0	0	0	0	0	
29	0	13	291	304	9	582,00	
30	0	0	0	0	0	0	
Total mensal	80	1.050	6.862	7.992	1.299	13.784,00	
Total anual	480	12.812	24.627	37.899	7.102	49.254,00	

Movimento de visitantes ao Ilhéu de Vila Franca do Campo, e importância a transferir, conforme portaria nº 66/2018 de 20 de junho, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo						
MOVIMENTO REFERENTE AO MÊS DE						
OUTUBRO DE 2018						

Movimento do dia	Importâncias apuradas					
	Visitantes				Ingressos requisitados online	Importância a transferir
	Sócio	Não sócio		TOTAL		
	Taxa única	Resid.	N/Resid.			
01	0	0	0	0		
02	0	0	0	0		
03	0	0	0	0		
04	0	0	0	0		
05	0	8	175	183		350,00
06	0	0	0	0		
07	0	0	0	0		
08	0	0	0	0		
09	5	2	180	187		320,00
10	6	1	104	111		208,00
11				0		
12				0		
13				0		
14				0		
15				0		
16				0		
17				0		
18				0		
19				0		
20				0		
21				0		
22				0		
23				0		
24				0		
25				0		
26				0		
27				0		
28				0		
29				0		
30				0		
31				0		
Total mensal	11	11	439	461	0	878,00
Total anual	471	12.823	25.066	38.360	7.102	50.132,00



Relatório dos Trabalhos de Monitorização e Conservação da
Área Protegida para a Gestão de Habitats e Espécies do
Ilhéu de Vila Franca do Campo

2019



1. TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA PROTEGIDA PARA GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO ILHÉU DE VILA FRANCA DO CAMPO

1.1. Controlo Populacional de Gaivotas

Considerando que a população de Gaivota-de-patas-amarelas (*Larus michaellis atlantis*) tem vindo a aumentar no ilhéu de Vila Franca do Campo e que esta espécie, oportunista, constitui uma grande ameaça para outras espécies que nidificam nesta área, predando as suas crias, foram realizadas algumas ações de controlo populacional de gaivotas.

Os trabalhos de controlo populacional das gaivotas, consistiram na destruição e remoção dos ninhos, esta técnica tem como objetivo estorvar e impedir a nidificação desta espécie nesta área, considerando que as colónias reprodutivas do Ilhéu de Vila Franca do Campo são recentes e tem pouca expressão.

Na área protegida para a gestão de habitats ou espécies do Ilhéu de Vila Franca, foi realizada 1 ação de inviabilização de ovos, e de destruição e remoção de ninhos, tendo sido inviabilizados 44 ovos de um total de 18 ninhos (Gráfico 1).



Foto 1 : Trabalhos de remoção de ninhos

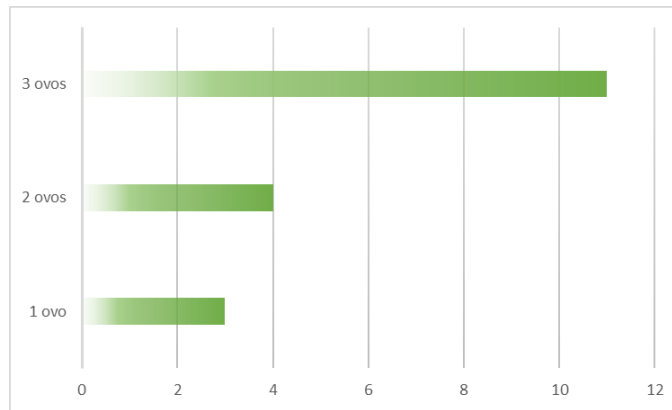


Gráfico 1: Número de ovos por ninho

2. Conservação e Manutenção do Trilho e Áreas de Nidificação do Cagarro

A partir de 2019 o Parque Natural de São Miguel, assumiu os trabalhos de manutenção e conservação do ilhéu de VFC, nomeadamente a manutenção do trilho de acesso ao topo do Ilhéu grande, das áreas de nidificação do Cagarro (*Calonectris borealis*), controlo de espécies de flora invasora e manutenção do coberto vegetal natural. Em 2019 foram efetuadas 2 intervenções, uma em março e outra no mês de outubro.



Foto 1: Controlo de canas (*Arundo donax*)



Foto 2: Manutenção do trilho



Foto 2: Manutenção do trilho

3. COLABORAÇÃO NOS TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO REALIZADOS PELA SPEA NESTA AP

O Parque Natural, através dos Vigilantes da Natureza e Técnicos, colaborou sempre que possível nos trabalhos de conservação em prol das aves marinhas nesta área protegida:

- Avaliação do sucesso reprodutor do cagarro;
- Marcação massiva de crias de cagarro;
- Marcação de painho-da-madeira (*Oceanodroma castro*) com recurso a redes verticais;
- Manutenção de ninhos artificiais;
- Colocação/manutenção de unidade de gravação automática.

Os trabalhos foram realizados de 24 a 28 de setembro, tendo-se obtido os seguintes resultados:

- Marcação e captura de cagarros, para tirar medidas biométricas, num total de 141;
- Captura de 34 painhos-da-madeira com recurso a redes verticais;
- Manutenção dos ninhos artificiais de painhos-da-madeira.



Fotos: Recolha de medidas biométricas

4. FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

É efetuada a fiscalização e vigilância na APGHE do Ilhéu de VFC, durante a época balnear (1 de junho a 14 de outubro), com a presença permanente de um Vigilante da Natureza.

Foram também efetuadas monitorizações à Área protegida, que tiveram o seu início em março, no total foram 8 monitorizações, 4 fora da época balnear e 4 durante a época balnear, as fichas de monitorização efetuadas, encontram-se em anexo no SGC0100/2017/338.

5. NÚMERO DE VISITANTES DURANTE A EPOCA BALNEAR

De acordo com os dados de visitação, pode se aferir, que durante a época balnear de 2019, visitaram o ilhéu, **36.048 pessoas**, das quais 29.851 foram não residentes. O mês que se verificou uma maior afluência de visitantes, foi o mês de julho, com 9.299 não residentes e 2462 residentes, em todos os meses predominou os visitantes não residentes (gráfico 2). Importa referir ainda, que devido às condições climatéricas as viagens para o Ilhéu foram canceladas 21 dias, em toda a época balnear.

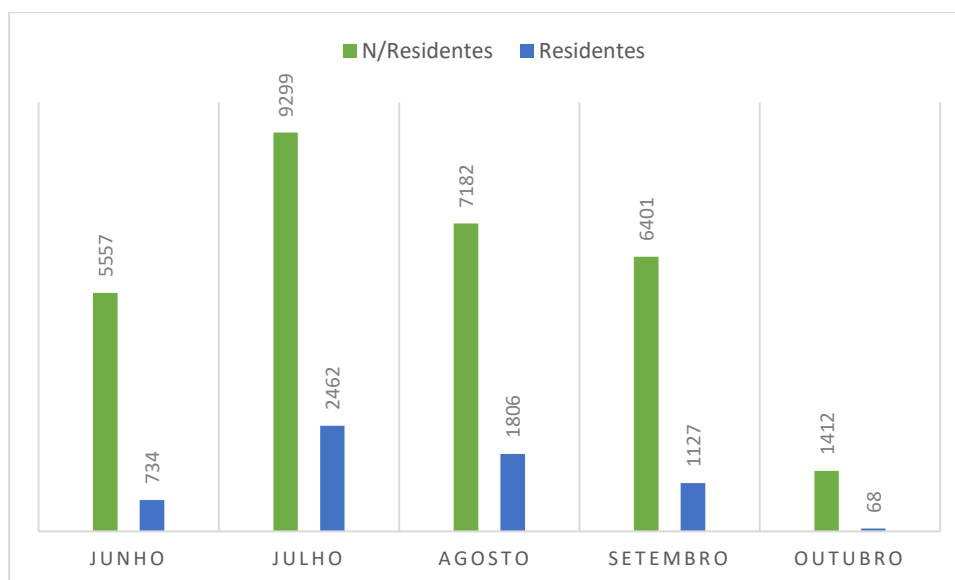


Gráfico 2- Número de visitantes residentes e não residentes por mês

6. VALOR TRANSFERIDO

Relatório dos trabalhos de monitorização e conservação do IVFC

Considerando a Portaria n.º 66/2018 de 20 de junho de 2018, que regulamenta o acesso ao Ilhéu, que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2018, o acesso ao ilhéu para não residentes está sujeito ao pagamento de uma taxa de 4 €, sendo aplicado o desconto de 50% a entidades aderentes ao programa “Parceiro para o Desenvolvimento Sustentável”.

As referidas taxas foram liquidadas junto da Azorina, S.A, valores apresentados abaixo:

MÊSES	ENTIDADE	IMPORTÂNCIA TRANSFERIDA
<i>Junho</i>	CNVFC	11.114,00 €
<i>julho</i>		18.614 €
<i>Agosto</i>	CNVFC	14.384,00 €
<i>Setembro</i>	CNVFC	12.806,00 €
<i>Outubro</i>	CNVFC	2824,00 €
<i>Total</i>	-	59.742,00 €

A Técnica Superior

Laura Garcia



Relatório dos Trabalhos de Monitorização e Conservação da
Área Protegida para a Gestão de Habitats e Espécies do
Ilhéu de Vila Franca do Campo

2020



1. TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA PROTEGIDA PARA GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DO ILHÉU DE VILA FRANCA DO CAMPO

1.1. Controlo Populacional de Gaivotas

No âmbito do estado de emergência decretado pelo Governo Regional dos Açores face à epidemia do coronavírus COVID-19 não foi possível realizar no presente ano os trabalhos de controlo populacional de gaivotas, na Área Protegida para Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo.

A não realização dos trabalhos de controlo de densidade populacional traduziu-se num aumento significativo do número de indivíduos juvenis.

Em consequência, e durante a época balnear do ano transato, verificou-se um aumento muito significativo de gaivotas nidificantes/residentes. Possivelmente, e devido à abertura mais tardia da época balnear a população de gaivotas ocupou a área de usufruto balnear, o que gerou alguns impactos devido à grande quantidade de dejetos e maus cheiros associados, assim como à presença de alguns resíduos provenientes do aterro e que resultam da regurgitação.



Foto 1: Presença de resíduos trazidos pelas gaivotas



Foto 2: Presença de excrementos de gaivotas

Mais se informa, que foram efetuadas pernoitas no Ilhéu durante o mês de agosto, pelo nosso Serviço, nos dias 19 a 20 de agosto, 26 a 27 e de 27 a 29 de agosto, para afugentar as gaivotas, tendo em conta o número de gaivotas que ocupou a área de usufruto balnear, que gerou alguns impactos devido à grande quantidade de excrementos, resíduos e maus cheiros. O que se refletiu numa redução de gaivotas, nos dias posteriores a essas ações.

Importa referir, que em conjunto com a DSCNSA, foi delineado um documento com estratégias de afugentamento de gaivotas do ilhéu, para ser executado durante o período reprodutor.

2. Conservação e Manutenção do Trilho e Áreas de Nidificação do Cagarro

Foi dada continuação aos trabalhos de manutenção e conservação do ilhéu de VFC, nomeadamente a manutenção do trilho de acesso ao topo do Ilhéu grande, das áreas de nidificação do Cagarro (*Calonectris borealis*), controlo de espécies de flora invasora e manutenção do coberto vegetal natural. Em 2020 foram efetuadas 2 intervenções, uma em fevereiro e outra no mês de julho.



Foto 1: Manutenção do trilho



Foto 2: Manutenção do trilho



Foto 3: Limpeza de passadiço de acesso à praia

3. COLABORAÇÃO NOS TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO REALIZADOS PELA SPEA NESTA AP

O Parque Natural, através dos Vigilantes da Natureza e Técnicos, colaborou sempre que possível nos trabalhos de conservação em prol das aves marinhas nesta área protegida:

- ✓ Monitorizar o sucesso reprodutor de cagarro;
- ✓ Marcar as crias de cagarro;
- ✓ Colocação do gravador autónomo;
- ✓ Colocação de equipamento para filmar as saídas de cagarro do ninho.

Os trabalhos foram realizados a 17 de setembro, tendo-se obtido os seguintes resultados:

1. Foram monitorizados 43 ninhos de cagarros, desses ninhos, 32 tinham crias.
2. Foram anilhadas 24 crias de cagarro e recolhidas biometrias para determinação do índice de massa corporal.

-
-



Fotos: Anilhagem e recolha de biometrias

3. Foi ainda colocado um gravador de som para monitorizar a população de painho-da-madeira e uma camera-trap para monitorização de cagarros.



Fotos: Colocação de gravador

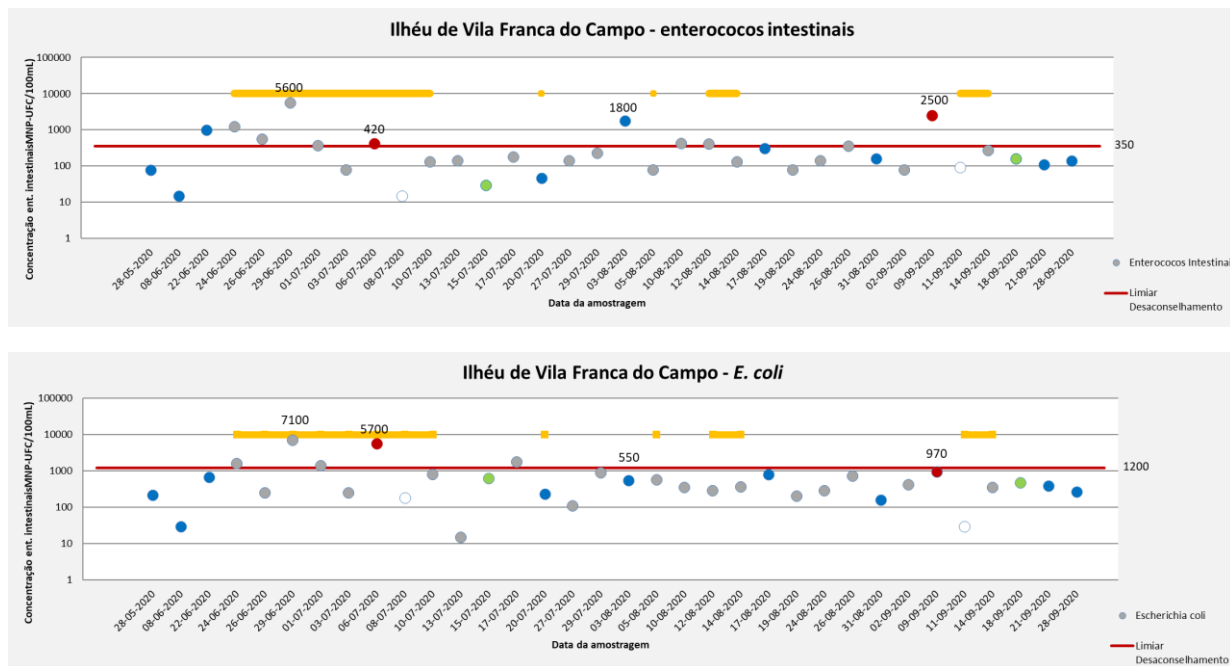
5. QUALIDADE DA ÁGUA BALNEAR

No âmbito do programa de monitorização da qualidade das zonas balneares costeiras dos Açores, a DRAM efetuou análises à água balnear do ilhéu. Neste sentido, durante a época balnear 2020, foram analisadas 34 amostras da água balnear no “Ilhéu de Vila Franca do Campo”, com o código PTAV7H, das quais **11 tiveram como resultado “água imprópria para banhos”**, por poluição fecal, tendo sido interdita a prática de banhos de mar em 6 períodos, num total de 33 dias, pelo Sr. Delgado de Saúde. Devido a concentrações elevadas das bactérias *Enterococos intestinais* e *Escherichia coli* (Gráfico 1).

Para além desta monitorização, com vista a uma melhor caracterização da situação foram ainda realizadas análises à água do mar na orla costeira de Vila Franca do Campo no dia 8 de julho em 25 pontos de amostragem a 2 profundidades (50 cm a 1 m e 10 a 15 m) sem resultados expressivos e efetuado um estudo de DNA (Método "Microbial Source Tracking") para identificação das fontes de

Relatório dos trabalhos de monitorização e conservação do IVFC

poluição fecal nos dias 17 de julho e 11 e 14 de setembro, cujos resultados indicaram a presença de Bacteroides de gaivotas e de humanos nalgumas amostras dentro e fora do Ilhéu. Terminada a época balnear foi calculada a classificação da qualidade da água para o ano 2020, a qual obteve a classe “Má”, o que representa um decréscimo em relação à classificação alcançada aos anos anteriores que variou entre “Aceitável” e “Boa”. Neste contexto, não foi possível apurar a causa da contaminação da água, se foi proveniente dos excrementos de gaivota ou humanos (resultantes das descargas do emissário de Vila Franca do Campo).



Fonte: Relatório DRAM

Gráfico 1 – Concentração de *E. coli* e *Enterococos intestinais* nas amostras

4. FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

É efetuada a fiscalização e vigilância na APGHE do Ilhéu de VFC, durante a época balnear (1 de junho a 14 de outubro), com a presença permanente de um Vigilante da Natureza.

Foram também efetuadas monitorizações à Área protegida, no total foram 6 monitorizações, 3 fora da época balnear e 3 durante a época balnear, as fichas de monitorização efetuadas, encontram-se em anexo no SGC0100/2017/338.

5. NÚMERO DE VISITANTES DURANTE A EPOCA BALNEAR

A época balnear, no ano transato, teve início a 20 de junho, e não a 1 de junho, como em anos anteriores, por motivos relacionados com a epidemia do coronavírus COVID-19. De acordo com os dados de visitação, pode se aferir, que durante a época balnear de 2020, visitaram o ilhéu, **10.853 pessoas**, das quais 8378 foram não residentes. O mês que se verificou uma maior afluência de visitantes, foi o mês de agosto, com 4102 não residentes e 1446 residentes. Verificou-se ainda que, à exceção do mês de junho, predominou os visitantes não residentes (gráfico 2). Importa referir ainda, que devido às condições climatéricas as viagens para o Ilhéu foram canceladas 14 dias, em toda a época balnear.

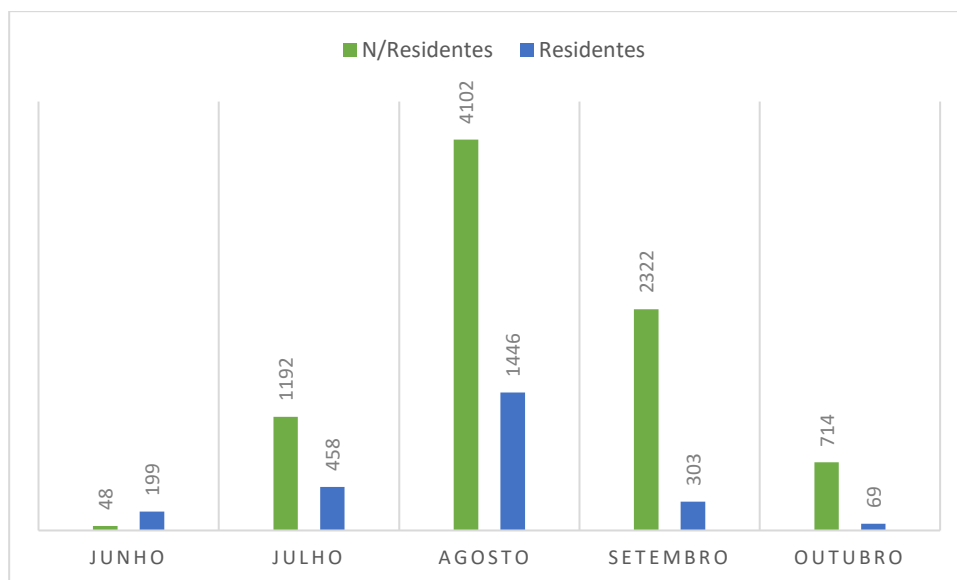


Gráfico 2- Número de visitantes residentes e não residentes por mês

Comparativamente, ao ano de 2019, o número de visitantes durante a época balnear 2020, foi muito menor, com uma diminuição de cerca de 70% (Gráfico 2).

Como expetável os valores foram, não só fortemente influenciados devido à crise do setor turístico, na sequência da pandemia de covid-19, mas também devido a má qualidade da água balnear, motivando a interdição da prática de banhos de mar em 6 períodos, num total de 33 dias.

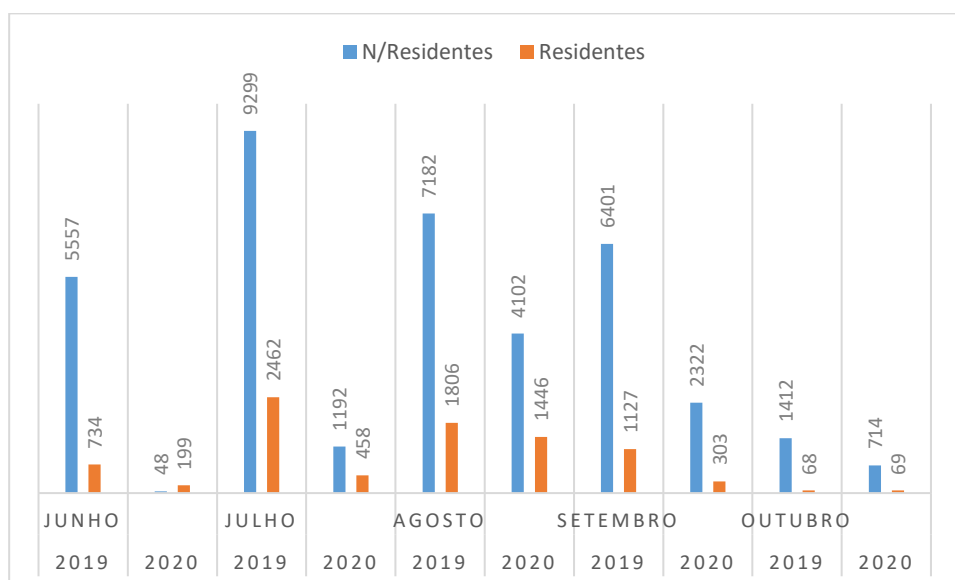


Gráfico 3- Comparação do número de visitantes nos anos 2019 e 2020

6. VALOR TRANSFERIDO

Considerando a Portaria n.º 66/2018 de 20 de junho de 2018, que regulamenta o acesso ao Ilhéu, que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2018, o acesso ao ilhéu para não residentes está sujeito ao pagamento de uma taxa de 4 €, sendo aplicado o desconto de 50% a entidades aderentes ao programa “Parceiro para o Desenvolvimento Sustentável”.

As referidas taxas foram liquidadas junto da Azorina, S.A, valores apresentados abaixo:

MÊSES	ENTIDADE	IMPORTÂNCIA TRANSFERIDA
Junho	CNVFC	96,00 €
julho	CNVFC	2.384 €
Agosto	CNVFC	8.204,00 €
Setembro	CNVFC	4.644,00 €
Outubro	CNVFC	1.428,00 €
Total		16.756,00 €

A Técnica Superior

Laura Garcia

Diretor Regional dos Assuntos do Meio

água balnear ilhéu de Vila de Franca do Campo * PTAV7H * época balnear 2020

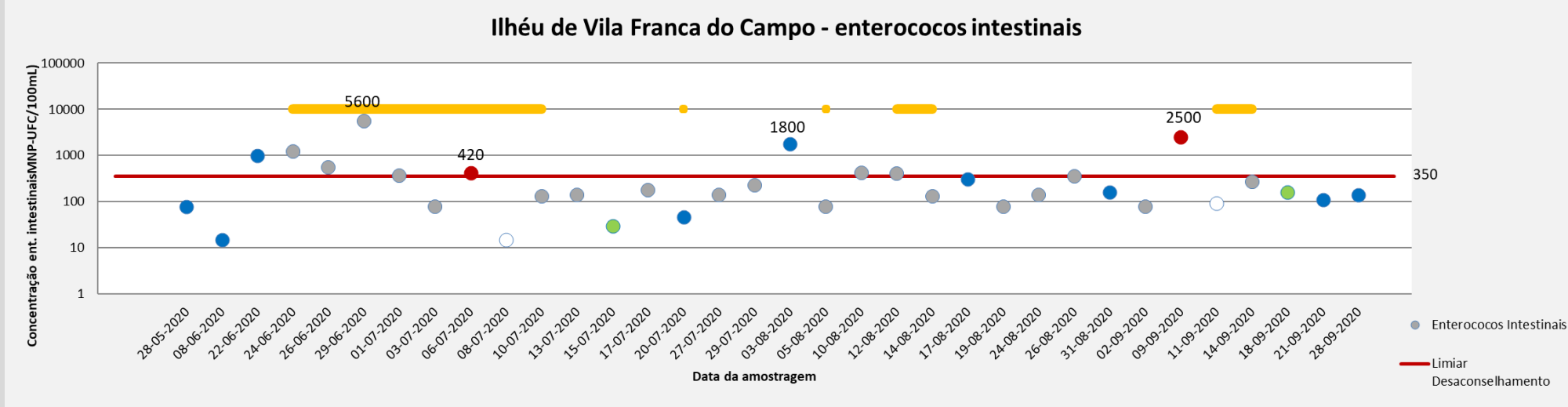


- área protegida devido aos seus valores geológicos, biológicos, histórico-culturais e paisagísticos
- local de nidificação para aves marinhas
- cone vulcânico submarino cuja cratera, de forma circular e com cerca de 150 m de diâmetro, forma uma piscina natural com fundo de areia cuja cobertura e altura varia com a maré
- zona balnear classificada no POOC com AB identificada
- acessível por transporte marítimo regular durante a época balnear, a partir do porto de Vila Franca Campo

Classificação anual da qualidade da água balnear

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Aceitável	Boa	Aceitável	Boa	Má

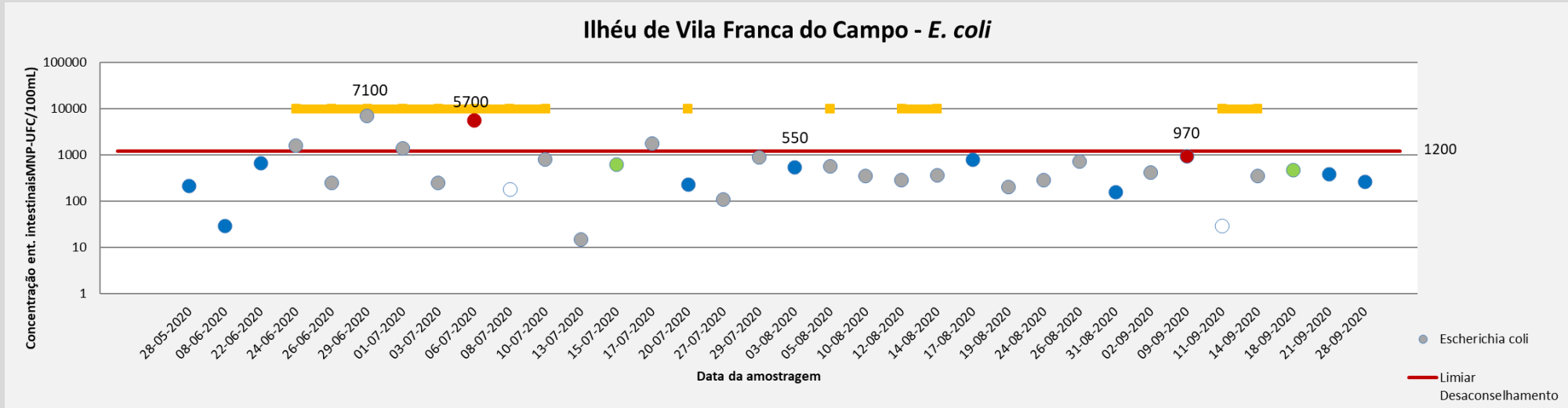
programa anual regional de monitorização da qualidade da água balnear * época balnear de 01 de junho a 14 de outubro 2020



Amostras

- 1 pré-época
- 10 de calendário
- 8 suplem./substituição
- 15 adicionais/acompan.

+ **34 amostras**



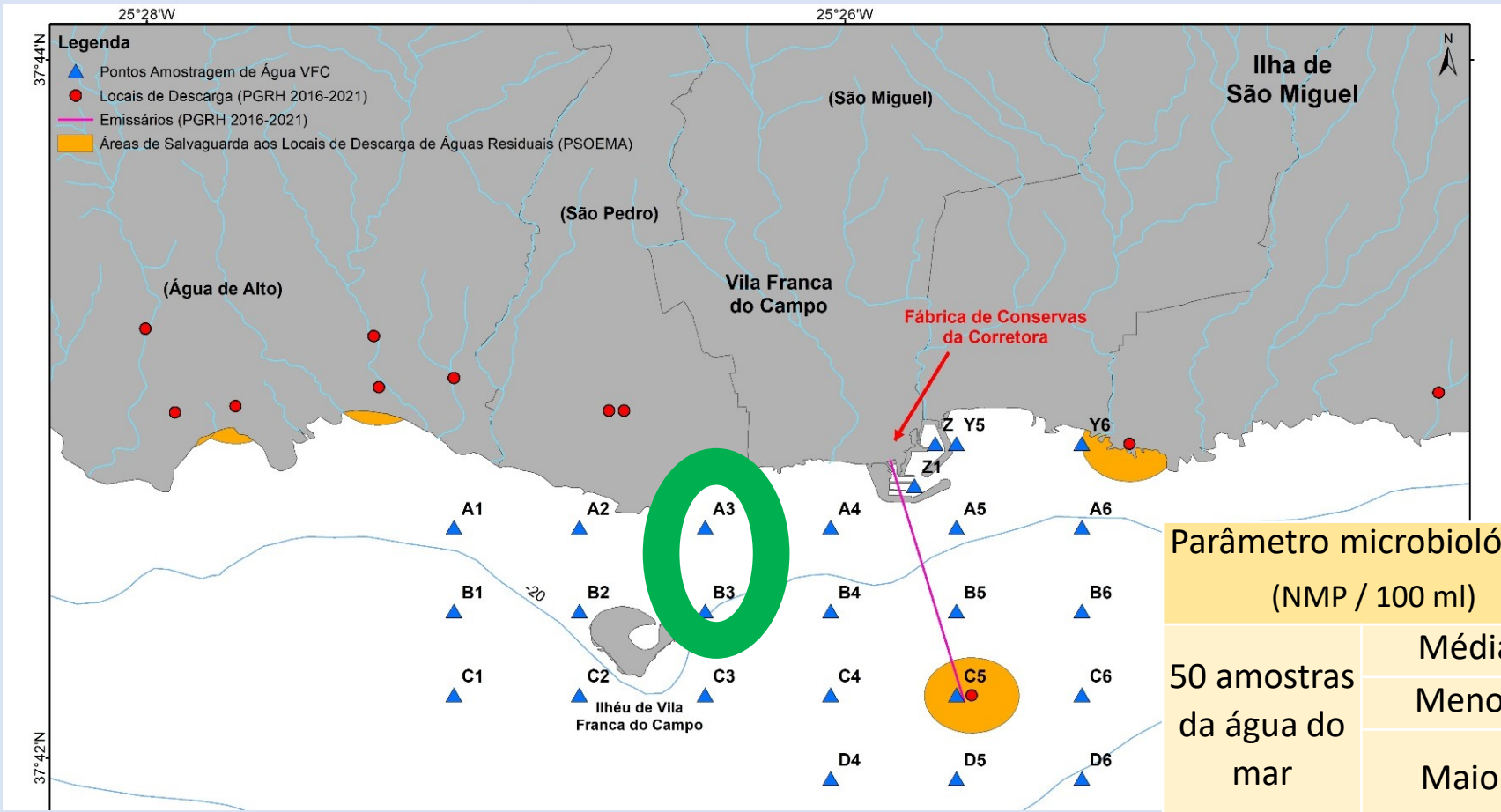
Dias de interdição

- 25/06 a 07/07
- 08/07 a 10/07
- 20/07 a 22/07
- 05/08 a 07/08
- 12/08 a 18/08
- 11/09 14/09

08 de julho * amostragem da qualidade da água do mar * orla costeira de Vila Franca do Campo

25 pontos de amostragem a 2 profundidades: 50 cm a 1 m e 10 a 15 m

nenhum dos resultados excede os limites de “água imprópria para banhos”



Parâmetro microbiológico (NMP / 100 ml)		Enterococos	E. coli
50 amostras da água do mar	Média	31	29
	Menor	15	15
	Maior	210	290
Água balnear Ilhéu 8jul		15	180

Estudo do DNA para identificação da(s) fonte(s) de poluição fecal

Método "Microbial Source Tracking" * pesquisa de estirpes de Bacteróides por PCR para detetar contaminação de origem humana, bovina e gaivotas

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

	27/07/2020				11/09/2020	14/09/2020
Ponto de amostragem NMP/100 mL	Dentro do ilhéu	20 metros da embocadura	50 metros da embocadura	200 metros da embocadura	Dentro do ilhéu	Dentro do ilhéu
Enterococos intestinais	140	<15	<15	30	94	270
<i>Escherichia coli</i>	110	<15	<15	<15	30	350
Presença de Bacteroides de origem HUMANA	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Presença de Bacteroides de origem GAIVOTAS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não



Estudo da integridade do DNA ao longo do tempo, para definição dos tempos máximos de entregas das amostras

Colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

Foram recolhidos 4 litros de água a 14/09/2020 em 4 frascos diferentes (1L + 1L + 1L + 1L). Chegaram ao Instituto no dia 15/09/2020 para serem processados em diferentes dias: 1L às 24h, 1L às 48h, 1L às 72h e 1L às 96h.

Verificou-se que foi possível obter DNA das 4 amostras, sendo que apenas na amostra processada às 96h é que se observou uma pequena diminuição da quantidade de ADN obtida.

O resultado da pesquisa da origem de contaminação fecal foi igual para as 4 amostras colhidas no dia 14/09/2020: apenas foi detetada a presença de ADN de Bacteróides de origem humana / 1L amostra.

Acresce que também foi enviada uma amostra que tinha sido colhida a 11/09/2020, e que foi processada no dia 15/09/2020 (96h depois). Também para esta amostra foi possível obter DNA, mas não foi detetada a presença de ADN de Bacteróides / 1L amostra.

Este estudo permitiu definir os 4 dias (96h) como o tempo máximo de entrega das amostras para pesquisa da origem de contaminação fecal por MST.

Desta forma quando forem feitas recolhas, podem ser colhidas logo 1L + 1L, manter as amostras refrigeradas (a 4°C) e aguardar os resultados da microbiologia antes de enviarem para o INSA para se pesquisar a origem.

Possíveis fontes de contaminação fecal ??

As características do ilhéu favorecem a proliferação das bactérias??



Importante adotar
medidas, preventivas e
corretivas, abrangentes no
espaço e no tempo,
integradas e dirigidas a
cada uma das possíveis
fontes
+
sensibilização e educação

Os resíduos e águas residuais domésticas produzidos no ilhéu são transportados para a ilha de São Miguel. Foi feita a manutenção e verificação das instalações sanitárias e respetivas tubagens e foi excluída a hipótese de constituírem um possível foco de poluição.

As viagens começaram a 20 de junho, devido ao mau tempo foram canceladas viagens em 14 dias e registou-se a redução de 72% de visitantes (ao todo foram registaram-se 10.373 visitantes durante a época balnear).



Relatório da qualidade da água balnear no ano 2020

Ilhéu de Vila Franca do Campo

1. Caracterização da água e da zona balnear do Ilhéu de Vila Franca do Campo

Designação da água balnear	Ilhéu de Vila Franca do Campo
Classificação da água balnear	Costeira
Freguesia	São Pedro (Vila Franca do Campo)
Concelho	Vila Franca do Campo
Ilha	São Miguel
Região hidrográfica	RH9 Açores
Código da água balnear	PTAV7H
Coordenadas geográficas do ponto de amostragem da água balnear	Latitude: 37,70576 Longitude: -25,44339
Água balnear identificada	Portaria 66/2020, de 29 de maio
Época balnear 2020	01 de junho a 14 de outubro
Instrumento de planeamento	Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul da Ilha de São Miguel - Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2007/A, de 5 de dezembro
Designação da zona balnear	Ilhéu de Vila Franca do Campo
Código da zona balnear	ZB15
Classificação da zona balnear	Tipo 3 - Zonas balneares equipadas com uso condicionado, caracterizadas pela existência de estruturas mínimas de utilização pública, associadas a um equipamento ou serviço mínimo de apoio ao uso balnear
Áreas protegidas	Gestão de Recursos da Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo Território de nidificação para algumas aves marinhas migratórias, como o cagarro e o garajau-comum
Descrição	O Ilhéu corresponde aos escombros de um antigo cone vulcânico submarino; a cratera, de forma circular e com cerca de 150 m de diâmetro, forma uma piscina natural com fundo de areia cuja cobertura varia com a maré



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

2. Enquadramento legal

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, que transpõe para a ordem jurídica regional a diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro (relativa à gestão da qualidade das águas balneares) estabelece o regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas.

Nos termos do disposto no artigo 25.º do referido diploma, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro, que aprova a orgânica da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, compete à Direção Regional dos Assuntos do Mar, não só estabelecer um calendário de amostragem para cada água balnear e um programa de monitorização, que permita uma correta análise da qualidade das águas balneares (cf. n.º 1 e n.º 4 do artigo 25.º do DLR 16/2011/A), como também coordenar os procedimentos de colheita, transporte e análise incluídos no programa de monitorização estabelecido previamente (cf. n.º 4 do artigo 25.º do diploma referenciado).

Uma vez que a Direção Regional dos Assuntos do Mar não tem capacidade técnica e operacional, nem recursos humanos, para assegurar a monitorização por si só, no ano 2020 contratualizou os serviços de Monitorização da Qualidade das Águas Balneares ao INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

3. Classificação pontual de cada amostra de água balnear

Nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, a qualidade da água balnear é avaliada de duas formas:

- a) Amostra única ou pontual – própria ou imprópria para banhos

Uma água balnear considera-se imprópria para banhos quando um resultado ultrapassar qualquer um dos valores da tabela abaixo (cf. alínea a) do n.º 8 do artigo 27.º do DLR 16/2011/A).

Norma para a avaliação pontual de amostras únicas (valores limite)	Enterococos intestinais (UFC/100 ml ou NMP/100ml)	<i>Escherichia coli</i> (NMP/100ml)
Água balnear costeira	350	1200

- b) Classificação anual (com base numa série de resultados de amostras de 4 anos consecutivos) - Má, Aceitável, Boa, Excelente (cf. Anexo II do DLR 16/2011/A).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Os parâmetros a amostrar no âmbito do programa de monitorização da qualidade das águas balneares são os seguintes (DLR 16/2011/A):

Parâmetro	Método de análise	Unidade
Data de colheita	Data	---
Hora de colheita	Hora	---
Temperatura do ar	Termometria	°C
Temperatura da água	Termometria	°C

Parâmetro a registar por inspeção visual	Registo
Poluição por resíduos de hidrocarbonetos	Ausência Vestígios Presença
Poluição por resíduos de alcatrão	
Poluição por resíduos de vidro	
Poluição por resíduos de plástico	
Poluição por resíduos de borracha	
Poluição por outros resíduos	
Presença de cianobactérias	
Presença de cnidários	
Presença de macroalgas e/ou fitoplâncton marinho	

Parâmetros microbiológicos para deteção de poluição fecal	Métodos de análise de referência
<i>Enterococos intestinalis</i>	ISO 7899-1 ou ISO 7899-2
<i>Escherichia coli</i>	ISO 9308-3

O calendário de recolha de amostras da água balnear no ano 2020 para a água balnear do Ilhéu de Vila Franca do Campo foi o seguinte:

Calendário de recolha de amostras da água balnear no ano 2020										
amostra pré-época	1ª amostra	2ª amostra	3ª amostra	4ª amostra	5ª amostra	6ª amostra	7ª amostra	8ª amostra	9ª amostra	10ª amostra
28/05/2020	08/06/2020	22/06/2020	06/07/2020	20/07/2020	03/08/2020	17/08/2020	31/08/2020	07/09/2020	21/09/2020	28/09/2020

No ano 2020 foram analisadas 34 amostras da água balnear “Ilhéu de Vila Franca do Campo”, conforme tabela abaixo, 11 das quais correspondentes ao programa inicialmente definido e 23 adicionais devido aos maus resultados obtidos e à necessidade de acompanhar de forma mais regular o evoluir da situação.

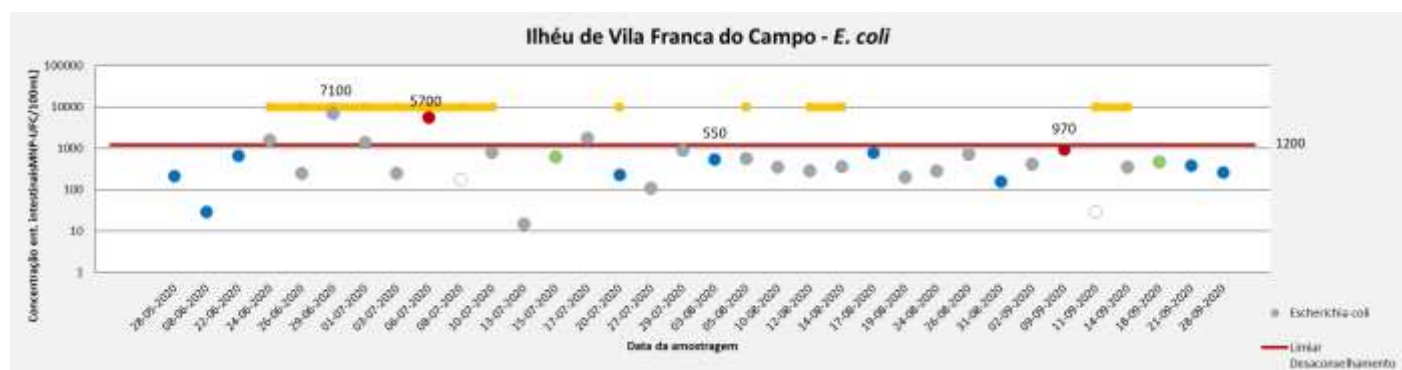
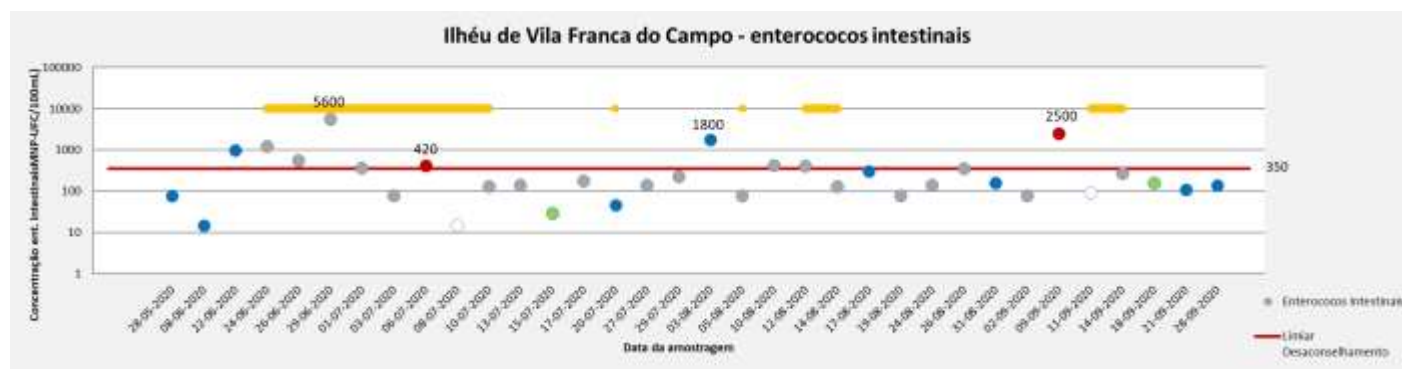
N.º de amostras de água balnear
1 pré-época
10 de calendário
8 suplementares/substituição
15 adicionais/acompanhamento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Destas 34 amostras, 11 tiveram como resultado “água imprópria para banhos”, por poluição fecal, tendo sido interdita a prática de banhos de mar em 6 períodos, num total de 33 dias, pelo Sr. Delgado de Saúde de Vila Franca do Campo, conforme tabela e imagens abaixo. A interdição teve como objetivo a prevenção da exposição dos banhistas à poluição.

Período de interdição da prática de banhos de mar	N.º dias de interdição
25/06 a 07/07	13
08/07 a 10/07	3
20/07 a 22/07	3
05/08 a 07/08	3
12/08 a 18/08	7
11/09 14/09	4



O boletim de divulgação da qualidade da água com os resultados de cada amostra, em anexo, foi divulgado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar das seguintes formas:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

- a) Por email a um conjunto de entidades: o Parque Natural da Ilha de São Miguel, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, o Clube Naval de Vila Franca do Campo, a Capitania de Ponta Delgada e a Delegação de Saúde de Vila Franca do Campo;
- b) Disponibilizado no Portal da DRAM na internet, de modo a estar disponível ao público em geral, com o endereço
- <http://www.azores.gov.pt/Gra/SRMCT-MAR/conteudos/livres/Qualidade+das+%C3%A1guas+balneares.htm>

4. Classificação da qualidade da água balnear no ano 2020

O cálculo da classificação da qualidade da água para cada ano é efetuado com base nos resultados obtidos nesse ano e nos três anos anteriores. Assim, o cálculo da classificação da qualidade da água balnear do Ilhéu de Vila Franca do Campo para o ano 2020 teve por base os resultados da série temporal 2017-2020. Para o ano 2020 a classificação foi “Má”, o que representa um decréscimo em relação à qualidade alcançada nos anos anteriores, que variou entre “Aceitável” e “Boa”, conforme tabela abaixo com o historial dos anos 2011 a 2020.

Classificação anual da qualidade da água balnear									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Aceitável	Boa	Aceitável	Boa	Má

Água balnear Ilhéu de Vila Franca do Campo	N.º de anos de amostragem	N.º de amostras	Percentil 90 Enterococos	Percentil 90 <i>Escherichia coli</i>
Classificação tida em 2020 é “Má”	4 (2017 a 2020)	37	214	504
Qualidade Aceitável (anexo II do DLR 16/2011/A) – valores máximos (se um ou os dois limiares forem ultrapassados a qualidade passa a ser Má)			185	500

5. Conhecer as causas que possam originar ou facilitar a deterioração da qualidade da água

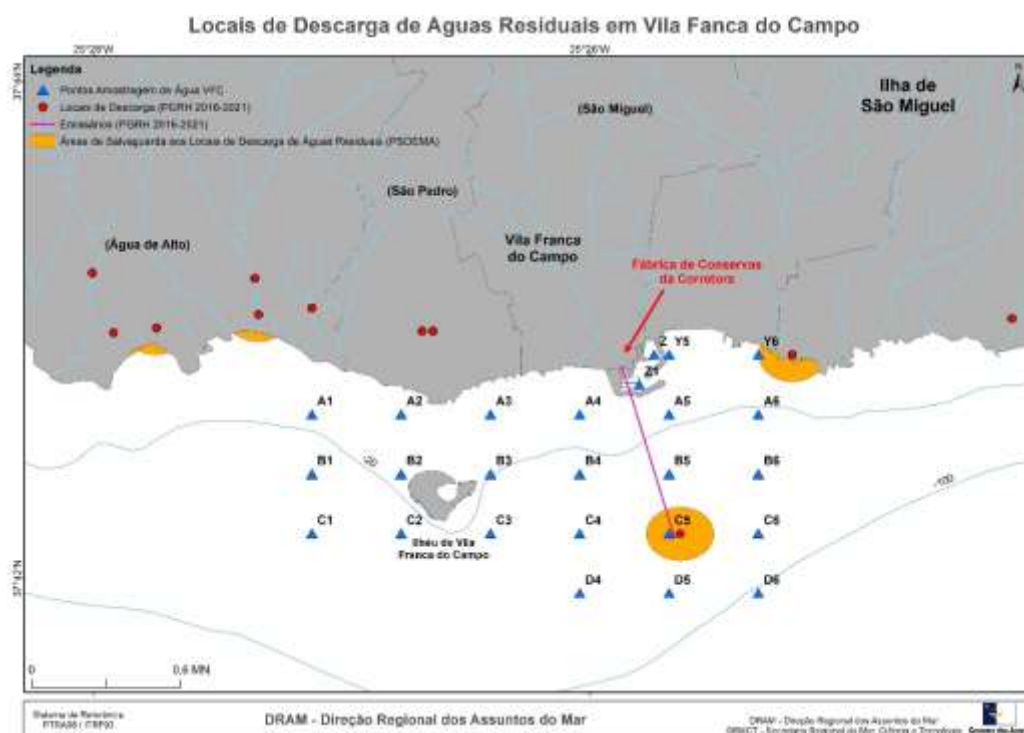
É essencial identificar e conhecer as potenciais causas de poluição fecal que possam originar ou facilitar a deterioração da qualidade da água no Ilhéu e na sua envolvente, mesmo as que atualmente já conhecidas e que estão resolvidas para garantir que continuam a não ser um foco de contaminação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Uma vez que o Ilhéu é uma zona balnear classificada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (DRR 29/2007/A), dispõe de apoio simples que integra instalações sanitárias, com fossa estanque. Estas instalações foram alvo de intervenção de manutenção no ano 2020 e foi realizada uma vistoria no início da época balnear, pelo que foi descartada a possibilidade de a fossa estanque ser um eventual foco de contaminação fecal.

Com vista a uma melhor caracterização da situação, foram ainda realizadas análises à água do mar na orla costeira de Vila Franca do Campo, no dia 8 de julho, em 25 pontos de amostragem, a 2 profundidades (50 cm a 1 m e 10 a 15 m), conforme imagem abaixo. Os parâmetros microbiológicos amostrados foram os mesmos: *Enterococos intestinalis* e *Escherichia coli*.



Contudo, os resultados das amostras foram pouco expressivos conforme tabela abaixo.

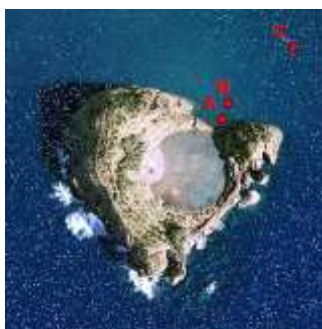
Parâmetro microbiológico (NMP / 100 ml)		Enterococos	<i>Escherichia coli</i>
50 amostras da água do mar	Média	31	29
	Menor	15	15
	Maior	210 ponto B3 (10 a 15 m)	290 ponto A3 (50 cm a 1 m)
Água balnear Ilhéu 8 julho		15	180



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Foi também realizado um estudo inédito do DNA constante das amostras de água balnear e do mar para identificação da(s) fonte(s) de poluição fecal. Com a colaboração do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em Lisboa, e recorrendo ao método "Microbial Source Tracking" foi feita a pesquisa de estirpes de Bacteróides por PCR para detetar contaminação de origem humana, bovina e por gaivotas. Para esse efeito, para além do ponto de amostragem da água balnear (dentro do Ilhéu), foram selecionados 3 pontos de amostragem no mar (fora do Ilhéu e junto à embocadura). A localização destes pontos consta da tabela e da imagem abaixo.

Localização do ponto de amostragem de água do mar	Latitude	Longitude
Ponto A a 20m da embocadura	37,7065938499141	-25,4421860409966
Ponto B a 50m da embocadura	37,7068419903949	-25,4420571191878
Ponto C a 150m do ponto B	37,7077306628521	-25,440711794322



Os resultados destas análises, recolhidas nos dias 27 de julho e 11 e 14 de setembro, estão resumidos na tabela abaixo.

	27/07/2020				11/09/2020	14/09/2020
Ponto de amostragem NMP/100 mL	Dentro do Ilhéu	20 metros da embocadura	50 metros da embocadura	200 metros da embocadura	Dentro do Ilhéu	Dentro do Ilhéu
Enterococos intestinais	140	<15	<15	30	94	270
<i>Escherichia coli</i>	110	<15	<15	<15	30	350
Presença de Bacteroides de origem HUMANA	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Presença de Bacteroides de origem GAIVOTAS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Por último, foi ainda desenvolvido um estudo da integridade do DNA ao longo do tempo, para definição dos tempos máximos de entregas das amostras em Lisboa, igualmente com a colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). Resumidamente:

- a) Foram recolhidos 4 litros de água a 14/09/2020 em 4 frascos diferentes (1L + 1L + 1L + 1L).
- b) Chegaram ao Instituto no dia 15/09/2020 para serem processados em diferentes dias: 1L às 24h, 1L às 48h, 1L às 72h e 1L às 96h.
- c) Verificou-se que foi possível obter DNA das 4 amostras, sendo que apenas na amostra processada às 96h se observou uma pequena diminuição da quantidade de ADN obtida.
- d) O resultado da pesquisa da origem de contaminação fecal foi igual para as 4 amostras colhidas no dia 14/09/2020: apenas foi detetada a presença de ADN de Bacteróides de origem humana / 1L amostra.
- e) Este estudo permitiu definir os 4 dias (96h) como o tempo máximo de entrega das amostras para pesquisa da origem de contaminação fecal por MST.
- f) Desta forma, considerando a integridade da amostra por 96h, quando forem efetuadas recolhas, no âmbito do programa de monitorização, poder-se-á proceder à recolha adicional de mais 2L, os quais se manterão refrigerados (a 4°C) a aguardar os resultados da microbiologia. Justificando-se, a amostra será remetida ao INSA para se pesquisar a origem da contaminação.

6. Conclusão

De modo a evitar que os resíduos e águas residuais domésticas produzidos no Ilhéu sejam uma possível fonte de contaminação, os mesmos são habitualmente transportados para a ilha de São Miguel para destino adequado. Em 2020 foi feita a manutenção e verificação das instalações sanitárias e respetivas tubagens e foi excluída a hipótese de constituírem um possível foco de poluição. As viagens dos banhistas e visitantes do Ilhéu começaram a 20 de junho, mas devido ao mau tempo foram canceladas viagens em 14 dias e registou-se a redução de 72% de visitantes (ao todo foram registaram-se 10.373 visitantes durante a época balnear), ou seja, diminui a presença e a pressão humana.

Nos últimos anos as gaivotas começaram a nidificar no Ilhéu e atualmente a sua população é considerada excessiva (e inédita) provocando alguns desequilíbrios ecológicos no ecossistema. Cada casal faz uma postura de 2 a 3 ovos (a abundância de alimento é grande e contínua no tempo) e se estes forem danificados podem ocorrer novas posturas. A nidificação ocorre nos meses de abril a julho. As gaivotas são aves extremamente inteligentes, resistentes e oportunistas, estando no topo da cadeia alimentar, não tendo na Região predadores e apresentam uma grande capacidade de adaptação, aproveitando os recursos alimentares disponíveis em locais como os aterros sanitários,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

áreas agrícolas (pastagens), portos de pesca (onde ocorrem com alguma frequência descargas de peixe no mar), entre outros. Em 2020 foi observado que as gaivotas dormem no lado de trás do Ilhéu e saem antes da chegada da 1ª lancha, vão para áreas de alimentação, como o aterro intermunicipal, áreas agrícolas e zonas litorais e regressam ao final da tarde quando já não há pessoas no Ilhéu. As gaivotas trazem muito lixo para o Ilhéu pois alimentam-se também no aterro.

Devido às restrições causadas pela pandemia por Covid19, em 2020 não foi efetuado um controlo populacional das gaivotas na época de nidificação, situação esta que eventualmente levou a um incremento da população de gaivotas no Ilhéu.

O problema do aumento populacional de gaivotas está profundamente interligado com o aumento da disponibilidade de alimento, especialmente no aterro e em lixeiras, que leva a uma alteração dos padrões de distribuição e a expansão para novos habitats. A solução para travar o aumento populacional de gaivotas da ilha de São Miguel exige que sejam adotadas uma variedade de medidas concertadas entre si, que vão desde a restrição alimentar, aos trabalhos de controle populacional e às medidas dissuasoras e de afugentamento quer nos locais de nidificação como as colónias reprodutivas da Lagoa do Fogo, do Ilhéu de Vila Franca do Campo, da Ponta do Escalvado, do Pico da Vara, etc., quer nos locais de alimentação como os aterros e algumas áreas agrícolas. Estes trabalhos deverão ser coordenados entre as diversas entidades a nível regional e local, caso contrário os esforços individuais só terão o efeito de mover as gaivotas e os problemas para outros locais.

Ao nível das águas residuais e pluviais é necessário melhorar o sistema de recolha, drenagem, tratamento e descarga do concelho de Vila Franca do Campo, garantido elevados padrões de qualidade e de sustentabilidade.

É difícil identificar/quantificar as possíveis fontes de contaminação fecal ao longo do espaço e do tempo. Provavelmente, as características naturais do Ilhéu favorecem a proliferação das bactérias.

Com os objetivos principais de melhorar a qualidade da água e de salvaguardar a saúde dos banhistas, é importante adotar medidas, preventivas e corretivas, abrangentes no espaço e no tempo, integradas e dirigidas a cada uma das possíveis fontes, para além da sensibilização e educação da população para a adoção de boas práticas ambientais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Direção Regional dos Assuntos do Mar

Anexo: boletim de divulgação da qualidade da água balnear no ano 2020



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
Direção Regional do Ambiente
Direção de Serviços da Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental

INT-DRA/2020/2130 INF –DSCNSA

Proc. 116.02.03/15

DATA: 2020-08-13

SGC0100/2020/3385

ASSUNTO: Monitorização da área Protegida de Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo 2017 - Programa Controlo de Gaivotas

Exmo. Sr. DS,

Relativamente ao solicitado, informa-se o seguinte:

I. Enquadramento

1. A gaivota-de-patas-amarelas (*Larus michahellis atlantis*) nidifica em todas as ilhas dos Açores e é a única espécie de ave marinha residente durante todo o ano na Região. O seu estatuto taxonómico, levanta muitas dúvidas por parte da comunidade científica, sendo que alguns autores defendem que se trata de uma espécie endémica dos Açores devido a certas diferenças morfológicas quando comparando com as populações da Madeira e Canárias, contudo mais estudos são necessários.

2. Ecologia/ Biologia

Habitat: Ocorre em praticamente todos os habitats, exceto florestas, como zonas costeiras com portos de pesca, baías, pastagens, lagoas e aterros sanitários.

Alimentação: Espécie oportunista, explora o alimento gerado por atividades antropogénicas, muito associada a aterros. Para além disso alimenta-se de peixes, crustáceos, outras aves e animais mortos.

Reprodução: As gaivotas começam a construir o ninho em abril e as posturas, de dois a três ovos, ocorrem de meados de abril a meados de maio. As primeiras crias nascem no início de maio e tornam-se voadoras a partir de finais de junho, inícios de julho.

3. Situação de referência nos Açores

Nos Açores, o último censo da gaivota-de-patas-amarelas foi realizado em 2004 (Neves *et al.* 2006). Os dados recolhidos, na época indicaram um aumento de 60% da população nidificante em 20 anos (1984 a 2004). Atualmente, a tendência populacional, no arquipélago é desconhecida.

4. Trabalhos de Controlo Populacional de Gaivotas no Ilhéu de Vila Franca do Campo (IVFC)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO

Direção Regional do Ambiente

Direção de Serviços da Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental

- De acordo com o “Relatório dos trabalhos de monitorização e conservação do IVFC”, 2017, nesse ano foram efetuadas duas ações de remoção de ninhos de gaivotas, resultando na remoção de 28 ninhos e inviabilização de 53 ovos.
- De acordo com o “Relatório dos trabalhos de monitorização e conservação do IVFC”, 2018, nesse ano foi efetuada uma ação de remoção de ninhos de gaivotas, foram inviabilizados cinco ovos no total de cinco ninhos.
- De acordo com a ficha de monitorização de maio de 2019, foi efetuada uma ação de remoção de ninhos de gaivotas na zona balnear e zona oeste, tendo sido inviabilizados 44 ovos de um total de 18 ninhos.
- Em 2020 devido novo coronavírus SARS-CoV-2, durante a época reprodutora, não foi possível realizar ações de controlo populacional de gaivotas no ilhéu.

II. Análise

5. Situação Atual no IVFC:

- De acordo com a última ficha de Campo do IVFC, em junho do presente ano foram registados cerca de 80 indivíduos de gaivotas, contudo crê-se que existam cerca de 100 gaivotas nidificantes.
- No presente ano e possivelmente devido à abertura mais tardia da época balnear a população de gaivotas ocupou a área de usufruto balnear, o que tem gerado alguns impactos devido à grande quantidade de dejetos e maus cheiros associados, assim como a presença de alguns resíduos.

6. Programa de Controlo populacional de Gaivotas no IVFC

- Nos meses de abril e maio de 2021 devem ser retomadas as ações de remoção/destruição de ninhos e inviabilização das posturas nas zonas de nidificação do ilhéu. Estas ações devem ser reforçadas, realizadas pelo menos três vezes durante a época reprodutora, entre abril e maio.

7. Ações complementares

Sugere-se que a curto/ médio prazo sejam utilizadas outras estratégias:

- i. Métodos de afugentamento:
 - a) Falcoaria nos locais de nidificação e repouso;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO

Direção Regional do Ambiente

Direção de Serviços da Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental

- b) Uso de assustadores de aves “*bird scarers*” que emitem uma chamada de alarme para a espécie em questão;
- c) Utilização de lasers “*agrilaser*” (link youtube: <https://youtu.be/OFKFbewytM0>);
- d) Utilização de barreiras físicas como o uso de redes ou de fios de nylon com o objetivo de impedir o pouso das gaivotas nas áreas de solário da zona balnear.

- Os métodos b) e c), foram indicados aquando da visita da equipa do “*EU LIFE Roseate Tern Recovery Project*” à Região, sendo utilizados, para afugentar gaivotas, muitas vezes de forma combinada nas colónias de garajaus do Reino Unido. Apesar de serem considerados métodos “amigos” dos animais, o laser é um método não seletivo. De referir que estes dois métodos tem uma eficácia de curta duração uma vez que passado um tempo as aves acabam por habituar-se.

ii. Identificação das zonas de repouso e alimentação da espécie à volta da ilha de São Miguel

Por forma a perceber a distribuição da espécie na ilha de São Miguel e as zonas que necessitam de intervenção mais urgente, sugere-se a realização de saídas de campo à volta da ilha por forma a identificar e mapear as principais colónias e locais de alimentação da gaivota. Esta ação poderia ser realizada antes da época reprodutora.

iii. Restrição dos recursos alimentares

Diminuição das atuais fontes de alimento antropogénico para a gaivota, através da redução da área exposta da célula do aterro Intermunicipal da ilha de São Miguel. Num estudo realizado nas ilhas Baleares, verificou-se que alterações na disponibilidade de alimento antropogénico resultou num decréscimo do peso de adultos reprodutores, na redução do volume dos ovos, bem como na redução do tamanho das posturas (Steigerwald *et al.* 2015).

iv. Realização de Censos

Propõe-se a realização de censos, com uma certa cadência (mensal) nas zonas de dormitório/nidificação que foram identificadas previamente. Durante o período de reprodução deverá se intensificar os censos quer nas zonas de reprodução, quer nas zonas de alimentação. Para as colónias acessíveis sugere-se a realização de censos por transectos, nas zonas inacessíveis sugere-se a realização de censos por observação direta.

III. **Considerações Finais**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
Direção Regional do Ambiente
Direção de Serviços da Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental

Para além dos trabalhos realizados no IVFC e na Lagoa do Fogo, por forma a perceber a dinâmica populacional da espécie e efetuar um controlo mais rigoroso, sugere-se que as medidas acima sejam estendidas a outras colónias (Pico da Vara, Ponta do Escalvado, entre outras) e áreas de alimentação da ilha (aterro e áreas agrícolas).

IV. Bibliografia consultada

Direção Regional do Ambiente (2018). Relatório dos Trabalhos do Controlo Populacional de Gaivotas. (documento interno)

Neves VC, Murdoch N & Furness RW (2006). Population Status and Diet of Yellow-Legged Gull in the Azores. *Arquipélago Life and Marine Sciences* 23A: 59-73.

Neves VC (2016). PROPOSTA Fornecimento de serviços para o Censo da Gaivota-de-patas-amarelas nos Açores. (documento interno)

SIARAM. <http://siaram.azores.gov.pt/fauna/aves/aves-marinhas/gaivota/aves-marinhas-gaivota.pdf>

Sterigerwald E C, Igual J-M, Payo-Payo A & Tavecchia G (2015). Effects of decreased anthropogenic food availability on an opportunistic gull: evidence for a size-mediated response in breeding females. *IBIS* 157 (3): 439-448.

À Superior Consideração de V. Ex.^ª,

Os Técnicos Superiores

Beatriz Rosa

Paulo Garcia